



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES

NOTA PÚBLICA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DO CENTRO DE ARTES

O Conselho Departamental do Centro de Artes, a partir de deliberação tomada em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2016, a propósito do processo nº 23068.004299/2016-68 e na recente cobrança de ressarcimento por danos causados a UFES da ordem de R\$ 179.564,25 aos estudantes João Victor Penha dos Santos, Larissa Evellyn e Ronan Aguiar de Freitas, Brenda Schäde e José Paulo Felipe Bernardes, vem publicamente manifestar preocupação com o desfecho do citado processo, o qual envolve diretamente um aluno do Centro de Artes, no sentido de que sejam garantidos os princípios do amplo direito de defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a que a Universidade não venha, de modo açodado, imputar eventualmente sobre alguns escolhidos a responsabilidade por ação conduzida por um coletivo maior e, ato contínuo, aplicar sanção desproporcional e desarrazoada pelos ilícitos constatados.

Há que se ter em conta que a participação na vida política institucional é direito de todos que atuam no espaço acadêmico e, embora algumas ações por vezes extrapolem em parte a medida daquilo que alguns consideram como natural ou convencional, no relacionamento democrático, estas devem, sempre que possível, ser toleradas e respeitadas em prol de saídas negociadas e menos conflituosas. Sabemos, igualmente, que faz parte do aprendizado democrático o equacionamento dos conflitos mediante a adoção de práticas diplomáticas e medidas administrativas que promovam o diálogo e a negociação, contribuindo para a formação de cidadãos dispostos à escuta e ao debate equilibrado de ideias e posições políticas.

Considera-se que esta atitude é sobremaneira importante no ambiente universitário, razão pela qual se conclama os administradores envolvidos diretamente com o processo mencionado à adoção de posturas mais serenas e tolerantes para com os alunos mencionados e os direitos que lhes cabem, especialmente no contexto atual de crise institucional e atentados frequentes ao estado de direito e liberdades democráticas por que vem passando a nossa nação.

Vitória, 07 de dezembro de 2016.